

Indústria do Estado paga a energia mais cara do país

DIVULGAÇÃO

Estudo da Firjan indica que valor cobrado está 6% acima da média nacional

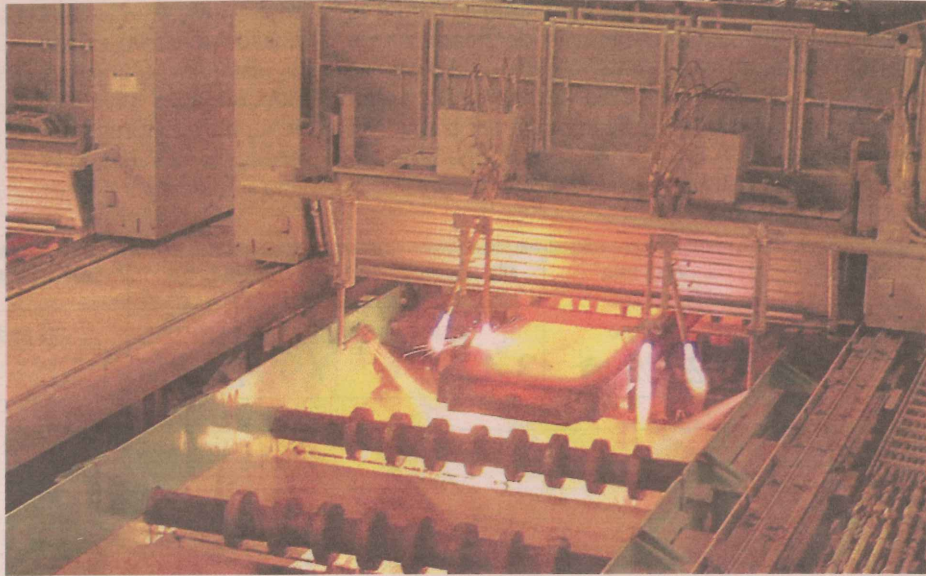
DE **DENISE ZANDONADI**
dzandonadi@redegazeta.com.br

O Espírito Santo tem a tarifa de energia elétrica para a indústria mais cara do país. Está 6% acima do que é cobrado nos outros Estados, segundo estudo desenvolvido pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), "Quanto custa a energia elétrica para a indústria no Brasil".

A indústria no Estado paga R\$ 350,00 por MW/hora, em média, e a pesquisa mostra que a conta dos capixabas é mais cara do que a média paga pela indústria em 27 países cujas tarifas são acompanhadas pela Agência Internacional de Energia.

Nestes 27 países, paga-se R\$ 215,50 por megawatt-hora (MWh), 62% menos do que no Espírito Santo. A diferença chega a 149% quando o Estado é comparado com os demais países dos Brics (Rússia, Índia e China), que pagam, em média, R\$ 140,70 por MWh.

O estudo mostra que o Brasil tem a quarta tarifa de energia mais cara do mundo na indústria. O valor médio é de R\$ 329,00



Gasto de energia com atividade operacional da indústria capixaba lidera ranking

por MWh, ficando atrás somente de Itália, Turquia e República Tcheca. O valor é bem maior que a média mundial que é de R\$ 215,50 por MWh.

IMPOSTOS

Um dos motivos para que o brasileiro pague caro pela energia - considerando que o país tem grande potencial hídrico para a geração - é que, além do preço e da margem de lucro das concessionárias, os consumidores pagam impostos e contribuições que não existem em outros países.

No Espírito Santo, segundo o diretor técnicos da

VALOR

R\$ 350

por MW/hora

É o valor pago pela energia elétrica, pelas indústrias, no Espírito Santo.

Agência Estadual de Serviços de Energia (Aspe), Ayrton Porto Filho, há diferenças que variam de 20% a 80% entre as tarifas praticadas pela EDP Escelsa e a concessionária Força e Luz Santa Maria, que atende 11 municípios no Norte e Noroeste do Estado.

No mês passado, o governador Renato Casagrande enviou ao Ministério de Minas e Energia e à Aneel solicitação de um estudo para embasar a revisão das tarifas praticadas pelas duas empresas.

Porto Filho explicou que as tarifas passaram a ser diferenciadas para cada Estado e região depois de 1997, quando foram desestatizadas as concessionárias de energia. "Um dos critérios para estipular o valor é a densidade demográfica versus a remuneração da distribuidora. Este é um dos motivos para o Estado pagar mais do que São Paulo, por exemplo.